

LEI N.º 5.282, DE 08 DE JANEIRO DE 2013.

Cria cargos de Médico Clínico Geral e autoriza contratação temporária de profissionais para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de Erechim em exercício, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de atribuições conferidas pelo Artigo 64, Inciso V da Lei Orgânica do Município:

Faço saber que o Poder Legislativo aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º A categoria funcional abaixo relacionada, constante no Art. 3.º da Lei nº 3.919, de 09 de dezembro de 2005, passa a vigorar com o seguinte número de cargos:

"Art. 3.°....

Denominação da Categoria Funcional	Nº de cargos	Padrão
Médico Clínico Geral	18	19
Médico Clínico Geral – 20 horas	02	22 (50% do valor)
		"(NI

- Art. 2.° Fica, o Poder Executivo, nos termos do Art. 37, IX, da Constituição Federal, autorizado a contratar, em caráter temporário, os profissionais a seguir relacionados, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde:
- I 01 (um) Médico Clínico Geral, com remuneração de R\$ 3.170,34 (três mil, cento e setenta reais e trinta e quatro centavos);
- II 01 (um) Médico Clínico Geral, com carga horária de 20 horas semanais e remuneração de R\$ 4.591,50 (quatro mil, quinhentos e noventa e um reais e cinquenta centavos);
- III 01 (um) Médico Comunitário, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de R\$ 10.338,44 (dez mil, trezentos e trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos);
- IV 01 (um) Médico Ginecologista, com carga horária de 12 horas semanais e remuneração de R\$ 3.170,34 (três mil, cento e setenta reais e trinta e quatro centavos);
- V 01 (um) Médico Ginecologista, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de R\$ 9.183,00 (nove mil, cento e oitenta e três reais).
- § 1.° As contratações, objeto desta Lei, serão pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogadas por igual período ou rescindidas, antecipadamente, caso seja extinta



a necessidade da manutenção dos contratos.

- § 2.º As atribuições e exigências de provimento para os cargos, elencados no *caput* deste artigo, estão previstos no Anexo I da Lei Municipal n.º 3.919, de 09 de dezembro de 2005, e suas alterações, que Dispõe Sobre o Quadro de Cargos de Provimento Efetivo e Estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
- Art. 3.º As contratações previstas no Art. 2.º da presente Lei, serão efetuadas através da ordem de classificação dos aprovados em Concurso Público vigente nesta data.
- § 1.º A recusa do candidato em assumir o contrato oferecido não implicará em perda de nenhum direito adquirido com a sua participação no concurso.
- § 2.º Encerrado o período do contrato, os candidatos retornarão ao banco de concursados, na mesma posição em que se encontravam antes desta contratação, aguardando nomeação a que farão jus se ocorrer abertura de vaga.
- § 3.º No caso da recusa da totalidade dos classificados no concurso público citado no *caput*, ou não havendo mais classificados no banco de concursados, a contratação, em caráter temporário, prevista no Art. 2.º, será efetuada através de processo seletivo simplificado, considerando:
- I O período de inscrições de 3 (três) dias, sendo exigidas para inscrição as condições de provimento previstas para o cargo efetivo;
- II A ordem de classificação obedecerá a pontuação obtida pela apresentação dos seguintes títulos:
 - a) Especialização: 01 ponto até o limite de 03 pontos;
 - b) Mestrado: 02 pontos até o limite de 04 pontos;
 - c) Doutorado: 03 pontos até o limite de 03 pontos;
- d) Participação em eventos com duração mínima de 06 (seis) horas (Congressos, Seminários, Palestras, etc.): 01 ponto por evento até o limite de 05 pontos;
- III No caso de empate verificado após o cumprimento da ordem de classificação do inciso II, a classificação dos inscritos empatados será obtida por sorteio público.
- Art. 4.° As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas através dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Saúde Órgão/Unidade: 09.01 Projeto/Atividade: 2.046 Elementos de Despesa: 3190.04.00.00.00, 3190.11.00.00.00 e 3190.13.00.00.



Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Erechim/RS, 08 de Janeiro de 2013.

Lucas Roberto Farina, Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se. Data supra.

Joarez Luís Sandri Secretário Municipal de Administração